

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1128558 - MG  
(2017/0159315-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : GARETE CALÇADOS LTDA**  
**AGRAVANTE : ANNA PRADO CALCADOS LTDA - EPP**  
**AGRAVANTE : ZUNNER CALCADOS ESPORTIVOS LTDA**  
**ADVOGADO : EDUARDO DE FREITAS ALVARENGA E OUTRO(S)**  
**- SP122941**  
**AGRAVADO : GRENDENE S A**  
**ADVOGADOS : FREDERICO FRANCO ORZIL E OUTRO(S) -**  
**MG060965**  
**FERNANDA MONACO DA SILVA EBELING E**  
**OUTRO(S) - RS101026**  
**VALERIO VALTER DE OLIVEIRA RAMOS -**  
**RS006758**  
**INTERES. : LA VERONA CALÇADOS LTDA**  
**INTERES. : IZABELA CALCADOS LTDA - ME**  
**INTERES. : REIS E SILVA CALCADOS LTDA - ME**

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO.

IRRESIGNAÇÃO DAS DEMANDADAS.

1. É necessário consignar que o recurso especial subjacente ao presente agravo interno atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 2/STJ: “*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*”

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sob a égide do CPC/73, é no sentido de que, no ato de interposição do recurso especial, deve o recorrente comprovar o recolhimento das custas judiciais, do porte de remessa e retorno, bem como dos valores locais, estipulados pela legislação estadual, sob pena de deserção (art. 511 do CPC/73 e Súmula 187/STJ).

3. A insuficiência do preparo não enseja o imediato reconhecimento da deserção, pois deve ser oportunizada a possibilidade de complementar, nos termos do art. 511, § 2º, do CPC/73. Desatendida a intimação válida, como no caso dos autos, incide o óbice da Súmula 187 desta Corte.

4. No presente caso, mesmo após a intimação dos recorrentes para que sanassem o vício apontado, não houve a comprovação da regularidade no recolhimento do preparo. De tal sorte,

# *Superior Tribunal de Justiça*

aplica-se o teor da Súmula 187 do STJ.

**5.** Agravo interno desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator

